

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 75ª  
(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 30 DE AGOSTO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente, que será lido por mim.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Esta Presidência dispensa a leitura da ata e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 72ª Sessão Ordinária.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou aproveitar o espaço da tribuna, hoje, para abordar um tema que foi levantado no jornal global matutino *Bom Dia Brasil*, e o faço também a pedido do Deputado Wasny de Roure hoje na nossa Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Os jornais publicaram uma investigação da Controladoria-Geral da União feita em farmácias de medicamentos de alto custo no Brasil todo. Como eu tenho uma vinculação boa com o pessoal que trabalha nas farmácias de alto custo, corri para entender o que estava acontecendo. E de onde vem essa vinculação? A chefe da farmácia de alto custo, a Waleska, é uma ex-aluna nossa, muitas meninas que trabalham lá são ex-alunas nossas, e acabou que criamos esse vínculo. Somado a isso, como já tínhamos visto algumas reportagens de mal atendimento nas farmácias de alto custo, fomos lá descobrir o porquê e mandamos emendas parlamentares que, inclusive, já estão sendo executadas tanto para a melhoria do atendimento como, no caso cinco milhões de reais, para a aquisição de medicamentos de alto custo.

Fui, então, entender a divulgação desse estudo da CGU, que se refere ao período anterior a 2014. Segundo as meninas, o principal fator motivador da perda de remédios era justamente a falta de infraestrutura, não havia *freezers* adequados, não havia um controle de temperatura adequado. Ou seja, a falta de investimentos na infraestrutura, no armazenamento dos medicamentos, é que levava à perda de medicamentos. Havia uma irresponsabilidade do Estado e não daqueles que gerenciam ali a base.

Deputado Wasny de Roure, trago a informação, a pedido de V.Exa. na nossa comissão hoje, de que a Waleska já está mandando um relatório para a nossa comissão e ela se colocou absolutamente à disposição para comparecer à Comissão de Educação, Saúde e Cultura para prestar os esclarecimentos referentes a essa investigação da CGU.

Fiz questão de fazer essa abordagem porque acompanho a dedicação dos profissionais que trabalham nas farmácias de alto custo, para não ficar aquela história de que foi o mal gerenciamento, a má administração por parte deles. Ou seja, foi a falta de condições de trabalho e não a falta de empenho dos servidores.

Obrigado, Sr. Presidente, é isso, e depois...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu creio que seria muito oportuno... Esse é um processo de amadurecimento pelo qual a Casa está passando, o Deputado Joe Valle tem dado o maior valor a esses grupos de trabalho, a esse efeito de continuidade, para que a Câmara esteja mais presente frente aos problemas.

Como surgiu esse problema, fui instado a leva-lo à comissão. Ao mesmo tempo, inclusive, Deputado Joe Valle, com esse fechamento da sala vermelha no Hospital do Guará... Só que ela foi fechada algum tempo atrás, já há umas duas semanas, e agora está prevista uma visita esta semana. O processo de visita é importante, é necessário, mas nós precisamos criar mecanismos mais céleres, mais presentes. Creio que isso enriquece enormemente esse trabalho da Casa a exemplo, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, do que tivemos hoje na nossa comissão, quando veio a Escola Classe nº 15, de Ceilândia, que é uma escola de 450 alunos, de tempo integral. Isso não é comum em Brasília. O esforço do diretor e da vice-diretora, a dedicação e, com todas as dificuldades, o sucesso desse projeto.

Então, a comissão tem adotado um procedimento. Devo muito isso, a despeito de ser macaco velho nesta Casa, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, que foi um sangue novo na nossa comissão e que nos estimulou a tomar vários passos. Entre eles, aproximar a comissão dessa energia da nossa sociedade.

Outro grupo que inclusive veio aqui para receber uma simples moção foi o CEDEP – Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá, que tem uma luta histórica ali na região.

Então, são pequenos gestos na comissão que esta Casa pode adotar e que enriquecem enormemente esse trabalho anônimo de muitos servidores públicos, a exemplo desse grupo de trabalho.

Nós tivemos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, esta semana – só para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, o auditório ficou quase todo lotado de servidores especialistas da Secretaria da Saúde – apenas um reconhecimento de trabalho de um grupo de servidores, pela dedicação. Às vezes, há parlamentares que não dão valor a isso. Infelizmente, nós vivemos numa cultura extremamente mercantilizada, e isso é muito ruim. E esse é um espaço que cabe sobretudo à Câmara Legislativa. São valores que querem simplesmente ser reconhecidos no trabalho, podem nem ter aumento salarial, nem isso ou aquilo. Isso é algo que engrandece muito – quando esta Casa tem a capacidade de tomar iniciativas e valorizar. Por isso é que eu não tenho vergonha de votar títulos de Cidadão Honorário, porque há pessoas que merecem. Agora, se há bandidos que Deputados indicam, aí é um outro problema.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, permite-me V.Exa. um aparte?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu só quero enaltecer esse trabalho que V.Exas. estão fazendo e queria fazer uma sugestão para a Comissão de Educação, Saúde e Cultura: nós instituímos um prêmio de boas práticas, porque essa escola que veio e que faz um trabalho de educação integral certamente achou caminhos que outras não encontraram, e esses caminhos precisam ser replicados em toda a rede.

A gente estava falando de criar um prêmio aqui. Qual seria a premiação? Seriam emendas para o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Nós criaríamos um prêmio de boas práticas, haveria um regulamento, a pessoa manualizaria essa boa prática, e, a partir daí, para ser replicada, nós nos uniríamos aqui, como Deputados, e cada um botaria um determinado recurso, Deputado Wellington Luiz. Ficaria um recurso tranquilo de colocar e seria uma premiação maravilhosa com resultado na escola. Quer dizer, a escola que ganhasse ganharia um valor de emenda para o PDAF do conjunto de Deputados, e nós conseguiríamos colocar isso a cada ano. Por exemplo, este ano seria um prêmio de boas práticas no ensino integral. Então, toda a comissão julgadora, todo o processo faria isso, e a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que é o *locus* mesmo desse processo da divulgação, pode trabalhar a premiação do PDAF para essa escola que ganhar, e depois uma plataforma, um projeto de lei que possa avançar nesses caminhos. Como V.Exas. estão fazendo um trabalho exemplar lá na comissão, ela assumiria isso e puxaria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Presidente Joe Valle, vamos debater isso no âmbito da comissão.

Então, fica aqui esse pequeno e primário esclarecimento, deixando claro que o pessoal que gere hoje as farmácias de alto custo do Distrito Federal entregará um relatório à nossa comissão que será passado aos demais Deputados, e que eles se colocaram à disposição para vir dar aqui as devidas explicações e questionar esse estudo da CGU – Controladoria-Geral da União em relação ao Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos. Sr. Presidente, são dois temas, em um vou tentar ser bem rápido, é uma prestação de contas.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa de ontem. Tivemos aqui um início de crise, mas acho que conseguimos, ao final do dia, depois de uma reunião lá no Planejamento, dar um bom andamento, não é, Deputado Chico Vigilante? Aqui quero agradecer, Deputado, e parabenizar a postura do Deputado Chico Vigilante e do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

Deputado Robério Negreiros, que, na sua sala, tiveram a maturidade de entender as dificuldades do momento.

Fizemos uma reunião hoje com as empresas, com o sindicato, avançamos bastante, e hoje à tarde acredito que a gente consegue concluir, para que o nosso principal objetivo, que é atender bem os vigilantes, seja alcançado.

Então, mais uma vez, parablenizo esta Casa por ter se colocado à disposição, sem deixar de registrar aqui, Sr. Presidente, e falo isso com muita tranquilidade porque sou um Deputado de Oposição, o papel do Secretário Adjunto – e, claro, da Secretária Leany – Marcelo, que foi fundamental, que mostrou disposição em resolver, de forma incansável, Deputado Chico Vigilante – V.Exa. acompanhou isso –, e que hoje mais uma vez veio a esta Casa, demonstrou todo o empenho em achar uma solução. Então, quero aqui parabenizá-lo em nome da Câmara e em nome desse trabalho que nós estamos fazendo.

Eu acho que a Câmara, de alguma forma, se tornou pronto-socorro do Distrito Federal, até porque a nossa população tem sofrido sucessivos ataques desse governo. É importante que nós Parlamentares tenhamos isto em mente: que esta Casa hoje é uma espécie de pronto-socorro.

Alguns dias atrás, discutia no Colégio de Líderes, inclusive com alguns Parlamentares que reclamavam de algumas emendas que eles entendiam absurdas, feitas por alguns Deputados. Mas, Deputado Chico Vigilante, quando o Deputado faz isso é porque não lhe resta alternativa, porque o Governador tem sacrificado tanto os trabalhadores que eles vêm a esta Casa. E o Deputado usa dos instrumentos que estão à sua disposição para poder defender a sociedade. E não está errado, não. Nós não podemos abrir mão do nosso papel. Nós temos que defender a sociedade. Os vigilantes vieram aqui ontem, Deputado, porque lá ontem, mesmo com o empenho do Secretário, não encontraram a solução necessária. Esta Casa tem agido assim.

Há um tema que tem me trazido muita preocupação: o Fundo da Previdência. Eu respeito a posição de todos os colegas – todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos meus Pares –, mas essa pressa em atender a vontade do Governador está violentando os servidores, Deputado Wasny de Roure. Nós estamos literalmente contrariando os interesses dos servidores públicos, aqueles que são os proprietários dos recursos, aqueles a quem nós devemos satisfação. O governo não tem o direito de meter a mão no dinheiro dos servidores públicos. Não é essa a vontade deles. E de forma pior, equivocada, porque o Regimento desta Casa não permite.

Ontem saiu uma decisão em razão da questão do teto. Aqui não estou discutindo o mérito, mas os aspectos legais. Caiu o projeto que nós aprovamos nesta Casa, porque padecia de ilegalidade. Quando nós atendemos o governo – quero chamar a atenção para isso –, nós estamos sendo extremamente rigorosos quanto à constitucionalidade dos projetos dos Deputados, mas, quanto à constitucionalidade dos projetos do Governador, a complacência é muito maior. Não há tanto rigor. Que a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

nossa Comissão de Constituição e Justiça tenha o mesmo rigor nos projetos do governo que está tendo nos projetos dos Deputados, porque está passando lá. Esse projeto da Previdência Social é algo esdrúxulo, é algo que atenta contra os interesses dos servidores. Há inclusive um artigo – em que pese o Deputado Agaciel Maia dizer que não – que vende, sim, Deputado Ricardo Vale, os ativos da CEB, da Caesb, do BRB, que mais uma vez violenta os direitos dos servidores. Mas nada disso tem sensibilizado a Casa.

Então, não é possível que nós Parlamentares não tenhamos o cuidado e o zelo de proteger os direitos, independentemente de ser Base ou Oposição. Para atender esse verdadeiro desgoverno, faz-se tudo, inclusive em nome da ilegalidade. Isso está provado aqui. Estou aqui com a decisão da Justiça de ontem. Até onde nós vamos levar isso? Aí, sim, desmoraliza-se a Casa, porque atentaram contra os direitos dos servidores públicos, meteram a mão no dinheiro. Esse fundo vai quebrar! O Sr. Governador, quando era Senador, dizia que o Fundo Constitucional tinha tanto dinheiro que deveria ser dividido com o Entorno. Hoje, segundo ele, o fundo não paga nem a folha da segurança, mal saúde e educação. Agora ele já quer meter a mão no dinheiro do Fundo da Previdência. É claro que vai acabar! É claro que vai faltar dinheiro!

Nós estivemos, Sr. Presidente, com o Ministro do Planejamento. Ele disse claramente que era um risco o que o Distrito Federal está fazendo, copiando o modelo errado de outros estados. O Governador devia se exemplificar no que é bom, e não no que está ruim e está dando errado, pois me parece que é um hábito dele copiar o que está dando errado.

Mais uma vez, eu peço aos companheiros, aos nobres Deputados e Deputadas desta Casa, que pensem bem no que nós vamos fazer, sequer ouvimos os servidores públicos, sequer atentamos aos direitos dos verdadeiros detentores desses recursos para que depois nós não tenhamos que pagar essa conta que será muito cara.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante pela Liderança do Bloco Trabalho por Brasília. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu trago nesta tarde uma situação que inclusive alguns Deputados colocaram aqui com relação ao programa Boleiros. Esse programa virou lei aqui no Distrito Federal e incentiva o futebol amador de todo o Distrito Federal. Todas as ligas amadoras de futebol amador acabam sendo beneficiadas com este programa que virou lei.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

Este ano, o programa vem sendo custeado por meio de emendas, e alguns Deputados aqui, se não me engano, o Deputado Agaciel Maia, o próprio Deputado Julio Cesar e outros, fizeram o uso da tribuna e colocaram a situação complicada em função de a Secretaria de Esportes não estar repassando esses recursos, que inclusive são de emendas que já estão liberadas, desbloqueadas, para pagar a arbitragem e estruturar melhor essas competições amadoras.

Este não é um problema qualquer. São milhares de esportistas, milhares de jogadores, de atletas, desde crianças até adultos, inclusive veteranos, que jogam e que em função desta lei, desse programa, que é um programa de inclusão social, que é um programa de socialização, talvez o maior do Distrito Federal, porque quem conhece as cidades satélites como o Deputado Prof. Reginaldo Veras conhece, pois foi um antigo boleiro e já jogou futebol lá na Ceilândia, eu também, o próprio Deputado Chico Vigilante que conhece essa realidade do futebol amador, sabe a importância do que é.

No Distrito Federal, aos domingos, como nós não temos praias, não temos praticamente opção nenhuma de lazer, milhares de pessoas vão a esses campos de terra, vão a essas competições amadoras para jogar bola, jogar um vôlei, um basquete, jogar sei lá qual modalidade for.

Nós temos conversado com a Secretaria de Esportes, e a Secretária Leila tem falado que é problema de estrutura, que não tem pessoal para auditar as súmulas, para pagar essas competições. E em vários campeonatos, inclusive os árbitros estão se recusando a apitar e vários jogos estão deixando de acontecer. E isso não é qualquer coisa! Como eu falei, nós reclamamos muito da violência em nossa cidade, reclamamos muito da falta de emprego, e aí cria-se um programa de inclusão social, um projeto que incentiva o esporte, que retira as crianças das ruas, que ocupa, que socializa, mas aí esses recursos não chegam, porque não tem estrutura na Secretaria de Esportes. Então, é preciso que o Governo do Distrito Federal veja isso.

Como eu falei, não existe nada hoje no Distrito Federal que envolva mais gente com menos recursos que este programa. E este programa é tão importante, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Vigilante, que inclusive o governo do Maranhão me convidou, o secretário de esportes do Maranhão me convidou para ir lá para explicar como é nós fizemos isso aqui, como é esse programa, porque eles querem colocar o programa Boleiros lá no Estado do Maranhão. Eu estou indo para lá amanhã fazer uma série de reuniões com a comunidade esportiva de lá e com o próprio governo, para a gente levar esse programa para lá. Então, não é qualquer coisa. Aí fora já estão sabendo do programa Boleiros, como eu falei.

Eu queria trazer esse tema hoje, aproveitando o espaço da liderança, para que nós Deputados, os outros Deputados desta Casa também, pudéssemos conversar com o governo, conversar com a Secretaria de Esportes para – o problema não é dinheiro, há recursos lá, há recursos de Deputados – que ela acelere o processo, se organize e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

pague essas competições, para que os campeonatos não parem, para que as competições não parem.

Eu trouxe esse tema aqui e peço o apoio desta Casa, para que a gente possa resolver isso aqui o mais rápido possível. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco, eu recebi um comunicado de uma professora aposentada da Ceilândia, a Professora Joseja, que era Diretora do CEF 14, escola lá do P Sul.

Ela me dava conta de uma situação muito grave: o pai dela sofreu uma queda e quebrou o fêmur. Cidadão de 80 anos. Ele nasceu em 1936 e está internado no Hospital da Ceilândia. Cidadão de 80 anos de idade. Só, Deputado Prof. Reginaldo Veras, estão dizendo que, talvez, operem-no daqui a dois meses.

Você imagina a tragédia de um cidadão de 80 anos de idade, internado numa cama de um hospital, o Hospital da Ceilândia, ter de esperar dois meses por uma cirurgia de fêmur.

Eu fui me informar sobre o que está acontecendo: há mais cem pacientes também para serem operados. Sequer respeitam o Estatuto do Idoso, essa modificação que houve agora que cidadão acima de 80 anos de idade é preferencial. Mesmo assim, não cumprem. Esse é o caos da saúde pública do Distrito Federal.

Ainda querem por que querem, a ferro e fogo, estabelecer o tal Instituto Hospital de Base que, infelizmente, esta Casa aprovou. Essa é a realidade. A tragédia que se abateu na saúde pública do Distrito Federal.

O Governador Rodrigo Rollemberg dizia, na época da campanha, que dinheiro tinha, faltava gestão. Continua tendo dinheiro, mas agora sobra incompetência, Deputado Cláudio Abrantes. Não falta gestão, sobra incompetência!

Há pouco, o Deputado Ricardo Vale falava aqui do programa Boleiros que vai para o Maranhão. Pois bem, lá no Maranhão, o Governador Flávio Dino implementou a Carreta da Mulher Maranhense. Elas estão percorrendo cada cidade do Maranhão, fazendo aquilo que a Carreta da Mulher faziam aqui no Distrito Federal – que, infelizmente, foi suspensa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

A Carreta da Visão também está no Estado do Maranhão, porque os programas bons que foram desenvolvidos pelo Governo Agnelo o Flávio Dino implantou no Maranhão.

Eu que sou maranhense sei que o Maranhão tem muito menos dinheiro que o Distrito Federal. Muito menos, Deputado Cláudio Abrantes. O problema aqui é de incompetência pura desse Secretário de Saúde do Distrito Federal. É uma tragédia.

Ao ponto de ter um centro de saúde na Expansão do Setor O, cuja reforma foi iniciada no Governo Agnelo, e este governo vai terminar sem tê-la concluído apesar de eu já ter colocado dinheiro lá, emenda, liberado tudo para a conclusão da reforma, eles não a concluem. Portanto, a verdade é que as pessoas estão morrendo no Distrito Federal à míngua porque não têm o atendimento necessário. E ainda vem dizer que precisa, que mais uma vez alteramos a questão previdenciária.

Meu segundo ponto é a questão dos vigilantes. Felizmente, no Distrito Federal, conseguimos aprovar nesta Casa – e V.Exa. votou a favor, Deputado Cláudio Abrantes, e os demais Deputados – uma lei de minha autoria que garante a estabilidade de emprego aos trabalhadores terceirizados. Se não houvesse essa lei, esses trabalhadores seriam simplesmente dizimados.

Ontem, nós fizemos uma caminhada da sede do sindicato, com mais de quinhentos vigilantes, caminhei a pé com eles do Conic até a Praça do Buriti, ficamos ali na frente do anexo do Buriti o dia todo. Depois tivemos uma reunião aqui na Câmara Legislativa, o Deputado Joe Valle intermediou uma reunião com os empresários, e hoje o sindicato voltará novamente à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, e esperamos encontrar uma solução para esse impasse.

Quero falar do papel fundamental da Secretária Leany, bem como do Secretário Adjunto Marcelo. Infelizmente, hoje, a Secretária Leany vai ter que se afastar, mas o Marcelo vai continuar tocando os trabalhos, porque o pai dela teve um infarto, está na UTI. Estou até rezando por ele dada a importância dele para a secretária, sei o cuidado que ela tem com o pai. Mas tenho certeza de que nós vamos encontrar uma solução para aqueles trabalhadores, que só querem continuar com os seus empregos, continuar ganhando o pão de cada dia.

Por último, Deputado Wellington Luiz, quero falar da violência. Deputado Wellington Luiz, que é policial, eu moro aqui há quarenta anos e nunca vi um quadro tão bárbaro de violência estabelecido no Distrito Federal! O mais grave é que tem uns dados aí, e não sei como é que estão fabricando esses dados, dizendo que diminuiu a violência no Distrito Federal, mas as casas estão sendo assaltadas, está havendo mais estupro. Deputado Cláudio Abrantes, eu queria que V.Exa. e o Deputado Wellington Luiz, que são policiais, explicassem por que, apesar de por todo canto que você anda a população só falar de violência, o governo diz na televisão que diminuiu a violência. Diminuiu para quem? Isso é o que quero saber! Diminuiu para quem, se toda a modalidade de crime aumentou no Distrito Federal?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

Eu desconfio que estão maquiando os números, porque já teve alguém que disse – se não me falha a memória, foi o Itamar Franco – que os números não mentem, os homens manipulam os números. É isso que deve estar acontecendo com a segurança pública do Distrito Federal. Inclusive, no bairro onde moro, o Setor P Sul, a população não aceita mais, não suporta o tanto de assalto que está tendo lá, arrastão em parada de ônibus, arrastão nos comércios, todo tipo de violência! E vem o governo dizer que não tem violência em Brasília!

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Deputado, é a pura verdade. Na reunião que tivemos com o Governador, fomos obrigados a ouvir isso, eu e o Deputado Cláudio Abrantes. Inclusive, ele ficou irritado, eu e o Deputado Cláudio Abrantes falamos do aumento do índice da violência, mas ele não reconhece isso! Deputado, é só ir às ruas, é só ouvir as pessoas! Conversei há pouco com a presidente da associação lá do Conic que me falava do aumento do índice de estupro ali naquela região, do aumento do índice de homicídio, de latrocínio, que é um crime hediondo! Segundo o Governador, Brasília é um paraíso. Senhores, eu não sei. O pior é que ele está manipulando os números.

Deputado Chico Vigilante, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exas. sabem bem que, antigamente, e é a forma correta, por exemplo, o homicídio tentado, depois que se consumava, entrava na estatística como homicídio. Agora não, ele congela, ele não transfere... e aí, é claro, porque a maioria das tentativas de homicídio, dos homicídios, a pessoa é socorrida no hospital. Então, hoje, ele não está computando, só se a pessoa morrer no hospital, se ela morrer no hospital, é homicídio. Mas ele não está computando. Ele acha que ludibriando as pessoas, enganando, resolve o problema da segurança pública. Pelo contrário, ele expõe a sociedade. Não adianta ele receber esse título enganoso. Só vai ganhar lá fora, porque aqui no Brasil, eu quero ver quem terá a coragem de dar um título deste, de que Brasília é a cidade da paz. Só serve para ele que anda cercado de seguranças, ele deveria liberar os seguranças e andar sozinho, eu quero ver se ele tem coragem.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem Partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, meu Presidente, Deputado Wellington Luiz, minha saudação aos meus Pares, à imprensa, aos assessores e à galeria presente.

O discurso do Deputado Chico Vigilante foi extremamente oportuno, Deputado Wellington Luiz, sobre essa questão da saúde. Eu venho, infelizmente, à tribuna novamente para falar dessa calamidade da saúde pública do Distrito Federal, e eu vou pegar só um gancho. Eu tive a curiosidade, estou pedindo à minha assessoria,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	11		

Deputado Wellington Luiz, porque nós temos visto o Governo do Distrito Federal se arvorar de que nós somos a unidade da Federação que paga em dia, que faz e acontece, que todos os Estados estão quebrados e o Distrito Federal está aí, como se não fosse obrigação do governo pagar em dia, Deputado Chico Leite. Mas eu tenho feito alguns comparativos, meu nobre amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras.

O Deputado Chico Vigilante, há pouco, citou o caso do Maranhão, que é a terra natal dele – não é isso, Deputado Chico Vigilante? O Maranhão é sua terra natal, e eu tenho feito comparativos de orçamentos. Todo mundo nesta Casa sabe que o orçamento para o Distrito Federal para este ano está na casa de 37 bilhões de reais, 37 bilhões de reais para uma unidade da Federação deste tamanho e, ainda mais, uma unidade da Federação, meu caro amigo Deputado Ricardo Vale, que tem função híbrida, que recolhe tanto como estado e como município. Não é, meu constitucionalista, Deputado Chico Leite? Pois bem, nós devemos ter 30 regiões administrativas, todas minúsculas se você for comparar a qualquer município do País.

Então, pegando o Maranhão, que foi o exemplo citado pelo nobre Deputado Chico Vigilante, enquanto aqui o Governador do Distrito Federal tem 37 bilhões para gastar – sendo que um terço desses 37 bilhões ele não precisa se preocupar porque vem de fora, vem de recursos do Fundo Constitucional, mais de um terço –, o Maranhão, a terra do nosso nobre Deputado Chico Vigilante, tem a metade desse orçamento, Deputado Ricardo Vale. O orçamento do Maranhão para 2017 é de 18 bilhões de reais. V.Exas. sabem quantos municípios há no Maranhão? Duzentos e vinte municípios, aproximadamente. É esta lógica de competência que o governo quer empurrar goela abaixo da população? Eu não acredito. Não é possível. Vão falar: "Ah, a culpa é do servidor público, o servidor público consome 80% dos recursos. Aí eu pergunto: será que no Maranhão é diferente? Esta é a triste realidade que a gente vive.

Mas, na verdade, o gancho da fala do Deputado Chico Vigilante não é nem por conta do orçamento do Maranhão. Isso é algo que vamos trabalhar ao longo das semanas, para mostrar que esse projeto do governo de usar os recursos de Iprev, da previdência complementar, é um absurdo, é um engodo, é um massacre, não contra o servidor público do Distrito Federal, mas um massacre para a sociedade do Distrito Federal.

Volto a repetir que, nos meios de comunicação, o Governo do Distrito Federal ganhou recentemente no Supremo Tribunal Federal uma causa de 1 bilhão de reais. Já foram transferidos 265 milhões, e virão mais 700 milhões em parcelas de 40 milhões de reais. Isso não pode estar acontecendo, e a gente estar com esse arrocho no servidor público do Distrito Federal.

Minha motivação nesta tarde, mais uma vez, é falar da pediatria do Hospital Regional de Planaltina. Vou recapitular, Deputado Wellington Luiz, o que eu disse aqui. A média nacional de óbitos de crianças de 0 a 1 ano de idade é de 13,2 a cada mil nascimentos. Essa é a média nacional, que engloba estados de difícil acessibilidade,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

como Pará e Amazonas, e engloba uma região do país que ainda é muito pobre, como o Nordeste. Então, a média nacional é de 13. Vocês sabem qual a média de óbito de crianças de 0 a 1 ano de idade, por mil habitantes, na região de Planaltina, Distrito Federal, capital da República? É de 15, até o meio do ano, Deputado Wasny de Roure. Essa situação deve-se ao fato de que a pediatria do Hospital de Planaltina está praticamente fechada.

Agora, porque houve uma manifestação da comunidade, Deputada Telma Rufino, o Governador e o Secretário de Saúde mandaram alguns pediatras para Planaltina, alguns gatos pingados, para tipo assim: vamos acalmar o movimento. Ontem nós promovemos uma audiência pública, e o Deputado Rafael Prudente esteve lá. Ele não está aqui, mas esteve lá. É do seu partido, Deputado Wellington Luiz. O Deputado esteve lá, o Conselho Tutelar estava lá, o Conselho de Saúde estava lá, o Conselho de Saúde do Distrito Federal, de todo o Distrito Federal, foi lá porque estava preocupado com a situação. O Sindicato dos Médicos, o SindSaúde estavam lá, a comunidade estava lá, todo mundo estava lá, mas eu pergunto a vocês: o Governo do Distrito Federal estava lá? Não.

Mais uma vez, a administração não esteve presente. O secretário de saúde e o coordenador de pediatria da Secretaria de Saúde sequer mandaram uma informação para dizer: "Olha, desculpem-me, não posso ir". A afronta, Deputado Wellington Luiz, não é ao Deputado Cláudio Abrantes. A afronta é ao Poder Legislativo, que faz uma audiência pública por um tema justo, um tema correto, e o Governo do Distrito Federal, eu só posso imaginar que é por birra, porque sou Oposição, Deputada Telma Rufino. Sou Oposição, e sou Oposição com "O" maiúsculo. Sou Oposição, e sou convicto na minha oposição a este governo.

Então, Deputado, só posso acreditar que foi por isso. A Secretaria de Saúde, Deputado Robério Negreiros, recusou-se a mandar um representante para discutir a situação da pediatria. Pois bem, não vai por bem, vai por mal. Estou apresentando neste momento, mais uma vez, um requerimento de convocação. Já passei essa situação ao nobre Deputado Wasny de Roure, que é Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Estou apresentando um requerimento de convocação do Secretário de Saúde e do coordenador da pediatria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Estou dando entrada neste momento.

Tenho plena convicção de que esta Câmara Legislativa, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura não se furtará de fazer a convocação do secretário. Se ele não vem por bem, vai vir por mal, porque é convocação. Se ele não vier, estará sujeito aos rigores da lei, e disso ele não pode fugir. Se o Governo do Distrito Federal, se a Secretaria de Saúde quer desprezar a Câmara Legislativa, é problema deles. Mas eu, no meu exercício de parlamentar, não vou permitir que isso aconteça.

Conto com os colegas da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, da qual sou suplente. E vamos convocar, sim, o secretário. Ele vai vir por bem ou por mal, para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	13		

dar explicação à Câmara Legislativa e à sociedade do Distrito Federal sobre as mazelas que estão sendo feitas na saúde da Capital da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes, pelo discurso, pela postura. Não esperava de V.Exa. outra posição que não essa.

Concedo a palavra, a pedido, ao Deputado Robério Negreiros. S.Exa. está com problema no horário, já pedindo licença aos demais companheiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa e convidados, procurarei ser bem breve. Creio que ontem foi um dia bem complicado, e vou aproveitar que a galeria vai me deixar falar um pouquinho mais com clareza.

Eu queria iniciar, Deputado Wellington Luiz, e Presidente Deputado Joe Valle, falando da postura de vocês dois como Presidente e Vice-Presidente desta Casa, ao intermediar a questão do aproveitamento dos vigilantes e da manutenção dos empregos. Eu creio que a verdade ficou muito clara a partir do momento em que houve a reunião hoje, às 11h.

Eu gostaria de parabenizar o Deputado Chico Vigilante, pela postura de não ter participado da reunião, como eu também me ausentei, para mostrar a imparcialidade. Isso é muito importante. Se ele vem do sindicato dos trabalhadores, eu venho, com muito orgulho também, do sindicato patronal, com uma história desde os meus 14 anos de idade – com 14 até os 18, que é meio informal –, e a gente acaba aprendendo um pouquinho.

Ficou muito claro: em nenhum momento, as empresas e eu, enquanto Parlamentar, não buscávamos uma solução para poder ter o aproveitamento desses vigilantes. Ficou claro ontem, de todos os postos, as empresas que tinham um efetivo e passaram a ter um efetivo menor, que é discricionário das empresas a escolha de quem vai permanecer na empresa. E quanto à listagem, logicamente o Deputado Chico Vigilante, querendo impor algo que não é a realidade, porque para sair e ser aproveitado pela outra empresa vencedora, tem que ser demitido, Deputado Chico Leite. Como é que você migra de uma empresa para outra sem demissão? Como alguns mostraram aqui, a questão do aviso prévio, você tem que ser demitido e ser reaproveitado.

Essa lista foi feita pelas empresas. Ele mencionou duas empresas, a Brasfort e a Multiservice. Haverá outras empresas, pois existem outros lotes, Deputada Telma Rufino, ainda em fase de assinatura de contrato e homologação. E na ata de uma reunião feita, da Câmara Legislativa, do Gabinete da Presidência, mais uma vez sem a minha participação e do Deputado Chico Vigilante, por uma questão moral de se manter essa imparcialidade, ficou muito claro que se chegou ao consenso, Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

Chico Leite. Todos concordaram, e foi demonstrada a legalidade – assistia razão às empresas, dentro da legislação – de que todos os vigilantes excedentes serão absorvidos pela empresa Confederal.

O Deputado Chico Vigilante falava que a Confederal faria da maneira que eles quisessem. Houve até um encontro do Deputado Chico Vigilante com o proprietário da Confederal. O secretário adjunto de gestão da Seplag, que é a secretaria, de nome Marcelo, estava aqui nesta Casa. A Seplag fará, junto ao sindicato laboral, gestão para dar cumprimento a essa cláusula – não está escrito aqui o que eu vou falar –, mesmo que essa cláusula não tenha validade, Deputado Chico Leite, porque a decisão do Supremo é contrária à ultratividade da convenção coletiva de trabalho, mostrando, mais uma vez, a boa vontade do setor produtivo e o cunho social, como eu disse à Secretária Leany, sob pena, inclusive, de aplicação de penalidade administrativa.

Nada mais havendo a tratar, a reunião, que tinha se iniciado às 11h da manhã, foi encerrada às 13h30, e lavrada a presente ata, que será assinada pelos presentes à reunião.

Eu creio que o cerne da questão acabou. Sobre o problema da politicagem em volta disso, eu acho que cometi excessos e o Deputado Chico Vigilante também cometeu excessos. Ficou muito claro que, em nenhum momento, eu não defendi a manutenção, mas não ficou da forma como o Deputado Chico Vigilante gostaria, ou queria, como ele dizia nos seus áudios. A Confederal terá de recepcionar. O poder do remanejamento é inerente à atividade privada e não à atividade pública e, muito menos, ao terceiro setor, que seriam os sindicatos.

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Telma Rufino, também Presidente da nossa Comissão de Assuntos Fundiários, colegas Parlamentares, lamento que hoje, numa plena quarta-feira, tenhamos esse plenário bastante esvaziado diante de decisões extremamente importantes que Brasília está vivendo. Ela está esperando por posições claras e objetivas de defesa do patrimônio público e, em particular, dos servidores públicos.

Sr. Presidente, vou mudar a rotina do meu discurso, até porque eu acho que aqui a turma anda me malhando demais. As minhas costas andam cheias de chibatadas, porque há colegas que gostam de fazer as críticas pelas costas, não têm coragem de enfrentar olho a olho.

Eu queria dizer aqui que a comunidade do Lago Norte tem nos procurado. Eles estiveram na reunião de Líderes nesta semana. Eu quero trazer o ofício para o Plenário desta Casa. Eles apresentaram um documento que diz o seguinte:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

“Na qualidade de representante dos moradores da Península Norte, a Prefeitura Comunitária da Península Norte vem à presença de Vossas Excelências para registrar as apreensões relacionadas com os rumos do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, em fase de conclusão pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

2. Em razão disso, encontra-se sob coleta de assinaturas abaixo-assinado, até agora com mais de 2.700 assinaturas, por meio dos quais:

‘Os proprietários e moradores do Setor Habitacional Individual Norte (SHIN) – Península Norte — postulam que o bairro permaneça setorizado como área estritamente residencial, respeitando todas as características que conferem a sua identidade, obedecendo ao projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, do qual a Península Norte faz parte (conforme projeto original e item 18 do Memorial Descritivo, onde Lúcio Costa incorpora os conceitos da Carta de Atenas, de 1930, de cidade parque/cidade jardim).’

3. Por se tratar de matéria de alta complexidade, a prefeitura criou uma Comissão Permanente de Defesa da Península Norte, oficialmente constituída, para tratar do assunto referente ao bairro com todas as instituições envolvidas, cabendo informar que já foram encaminhados ofícios ao Sr. Secretário da Segeth e ao Exmo. Senhor Governador.

4. Entretanto, isso parece não ter sido suficiente, porque o Secretário da Segeth vem dando entrevistas em jornais e televisão que, em vez de esclarecerem e pacificarem a questão, estariam a ensejar sobressaltos e insegurança à comunidade da Península Norte e também do Lago Sul.

5. O anteprojeto da LUOS contraria princípios e preceitos das legislações, em especial da Lei nº 10.257, de 2001, do art. 225 da Constituição Federal, e da falta de atuação do Conselho Local de Planejamento – CLP.

6. É bom deixar claro que os moradores da Península Norte não são contra a LUOS, mas sim à forma como está sendo proposta. Não resta dúvida de que as audiências públicas deixaram muito a desejar, pelo fato de não serem representativas.

7. Nessas circunstâncias, é imprescindível que se atente para o que contém o art. 3º da Lei nº 5.081, de 2013, pelo fato de facultar a realização de audiência pública complementar pelo Poder Legislativo, o que ensejaria, em nossa humilde opinião, maior publicidade à matéria a ser apreciada, e fornecer dados técnicos da proposta, assim como colher contribuições da população envolvida.

8. Assim, a comunidade afetada espera de Vossas Excelências a preservação da jurisdição constitucional, ou seja, de que o poder de legislar é dos nossos representantes legislativos, respeitando-se o meio ambiente com a precedência da aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE à da LUOS, porquanto qualquer

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

discussão do uso e ocupação do solo será inócua se não forem observadas as vocações e impactos previstos nesse zoneamento.

9. Em respeito à jurisdição constitucional, porque não se interpreta a Constituição em tiras e aos pedaços, vale a pena registrar a lição do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau: "Jamais se aplica uma norma jurídica, mas sim o Direito. Não se interpretam normas constitucionais isoladamente, mas sim a Constituição no seu todo. Não se interpreta a Constituição em tiras, aos pedaços".

10. Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente, representando os moradores da Península do Lago Norte, é bom que se diga que somos todos voluntários e nada recebemos para essa missão, mas estamos aqui porque temos consciência cívica de que não herdamos Brasília de nossos pais, mas estamos tomando emprestada de nossos filhos para deixá-la com qualidade sustentável que proteja o bem-estar de todos e preserve o meio ambiente sem ambição financeira.

11. Um bairro que começou com a criação de Brasília, implantado no projeto de Lúcio Costa, formando as quadras e a disposição geográfica de suas residências. Bairro que mantém seu formato natural de ser estritamente residencial, com áreas verdes e áreas de proteção ambiental ao longo do Lago Paranoá, formando uma península circulada, em quase sua totalidade, pelo espelho do Lago Paranoá, tombado junto com a Capital Federal.

12. Na realidade, é um bairro em formação, porque tem ainda lotes vazios. A diversificação de seus moradores, muitos deles residindo há mais de 40 anos, traz naqueles que agora procuram morar em seu território o mesmo sentimento de preservação de uma área bucólica e sadia.

13. Se existem alguns lotes vazios, são de entidades que ainda titubeiam na sua missão de distribuir moradia. São do Incra, do BNDES, do Ministério do Exército e outros da Marinha. E – por que não dizer? – do próprio GDF, equipamentos públicos.

14. Compreendemos que o governo local, através de sua Secretaria de Gestão de Território, queira organizar diversas localidades do Distrito Federal, mas não entendemos por que está querendo organizar o que já está ordenado e definido desde 1960.

15. Há tantas áreas com ocupação irregular, há tantas casas construídas em locais de proteção ambiental, há tantos loteamentos sem demarcação definitiva. Por que nos loteamentos organizados e que pagam IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – regularmente se tenta descaracterizar suas funções?

16. Falamos desse projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Na sua versão, discutida por mais de uma ocasião na SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação –, pretende-se implantar atividades econômicas diversas em áreas residenciais. Por que essa insistência?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

17. O bairro, em anos anteriores, já cedeu parte do seu território para a construção de *shoppings*, de armazéns, de escritórios, de consultórios, de supermercados e de tantas outras ocupações com atividades econômicas, baseando-se no fato de manter o tratamento inicial de bairro estritamente residencial – Centro de Atividades - CA.

18. O canteiro central da Estrada Parque foi sulcado de estabelecimentos, inclusive de postos de combustíveis com a mesma finalidade.

19. Mesmo assim, vemos os técnicos da Segeth com um projeto de mais de quinhentos tipos de atividades inseridas em residências, na pressuposição de necessidades essenciais. Seus moradores vêm dizendo “não” constantemente, por meio da imprensa, por meio de abaixo-assinados, por meio de múltiplas manifestações em templos, escolas, supermercados e outras localizações representativas.

20. Há vários posicionamentos, em diversas ocasiões, por ofícios, cartas, documentos em diversos órgãos e, especialmente, em reuniões e conferências públicas na Segeth, no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –, no Ministério Público e até no gabinete do governador, onde estão protocoladas outras solicitações de desagrado ao projeto.

21. Temos fartas documentações que comprovam os malefícios do adensamento tanto populacional como comercial. Nossas ruas são estreitas, dificultando o trânsito de veículos pesados. A conformação é de uma península sem saídas, e o declive para o Lago Paranoá contribui para levar acúmulo de detritos para suas margens. Onde inserir pequenas indústrias e outras manifestações comerciais de um processo de degradação ambiental e social em um bairro eminentemente residencial?

22. Defendendo a questão do meio ambiente, documento do ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal –, apresentado na Consulta Pública e Audiência Pública no auditório do Crea-DF, registra que a Península Norte está classificada como “risco muito alto”, que é, com louvor, o nível mais alto para o “risco ecológico de perda de solo por erosão”.

23. Afora isso, a observância maior é a proteção de nosso Lago Paranoá. A bacia que contempla esse fenomenal projeto de Lúcio Costa e de seus construtores é hídrica, de um lago de deságue de diversas nascentes que ali confluem.

24. O Distrito Federal não tem um rio caudaloso que leve suas águas para o mar. Ao contrário da maioria das capitais mundiais onde um rio caracteriza sua definição de cidade, Brasília possui apenas esse lago, que protege seus habitantes da falta de chuvas e torna o ambiente de convivência salutar e bucólico.

25. Nossa preocupação se desdobra quando vemos o mundo preocupado com o problema hídrico, buscando, inclusive, a recuperação do que foi degradado, em

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

contraposição às autoridades de nossa cidade que continuam em devaneios de transformar nossa única fonte hídrica em lazer e negócios.

26. É estarrecedor ver esse modelo ser vendido para as gerações futuras. Em sentido contrário a esse projeto, nosso lago deve ser preservado de uma destruição com reflexos danosos para as gerações futuras. As suas nascentes devem ser protegidas e não ser ocupadas desordenadamente por habitações irregulares.

27. Os moradores do Lago Norte se unem, então, aos moradores do Lago Sul, que têm as mesmas preocupações. A nossa bacia hídrica deve ser preservada a qualquer custo. Por isso, somos contra esse adensamento populacional e comercial pretendido.

28. Por tudo o que foi dito e como representantes do povo, podem e devem aceitar esse desafio em defesa do meio ambiente, porque o espelho do Lago Paranoá é um patrimônio tombado, que deve ser preservado para gerações presentes e futuras, fato muito maior do que nossa cidade e região.

Assina o documento o Fernando Varanda, que é o prefeito comunitário, e o Cláudio Luiz Viegas, que é o vice-prefeito e presidente da Comissão de Defesa do Lago Norte.

Sra. Presidente, encerro dizendo que aqui a gente tem a tabela parcial de usos e atividades por usos e ocupação do solo da Luos. Então, peço que V.Exa. dê como lidas essas atividades previstas, para as quais está sendo proposta a utilização dos imóveis no Lago Norte.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Acato e peço para incluir nos autos da sessão, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, Deputados, pessoas presentes, servidores. O que nos traz à tribuna neste momento é uma questão que vem afligindo bastante os moradores lá do bairro Grande Colorado. Em 2013, 2014, o então governo celebrou um acordo que resultou em um decreto no qual foi reconhecido que a voz que deveria negociar com o governo a regularização dos condomínios ali existentes seria de uma empresa chamada UPSA – Urbanizadora Paranoazinho S.A.

Essa urbanizadora apresentou documentos que aparentemente demonstram que ela teria adquirido, Deputado Ricardo Vale, de um espólio os direitos sobre determinadas terras ali do Grande Colorado. Só que nós temos ali uma situação fática consolidada. Todos que conhecem a região norte sabem que temos aproximadamente 54 a 60 condomínios só naquela região. Esses condomínios foram organizados pelos próprios moradores. Nenhum dos governos, nem o atual, nem o passado, nem o governo que antecedeu ambos colocou qualquer tipo de equipamento público lá. Tudo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

foi colocado pelos moradores. E, de repente, após uma posse mansa e pacífica – alguns de até mais de vinte anos –, aparece uma empresa dizendo que é dona, que comprou os direitos de um espólio. Enfim, ficou esse imbróglio.

Tivemos a oportunidade de aprofundar o estudo sobre essa questão, Deputado Ricardo Vale, e o que se verifica é que não é consensual ou, pelo menos, não está pacificado que a propriedade é dessa empresa. E pior: o governo anterior celebrou um acordo que resultou em um decreto que dá a essa empresa o poder de representar os moradores. Ora, os moradores são representados por eles mesmos, originalmente, e no máximo, pelas associações, nunca pela empresa que se propõe a vender para eles. É uma coisa óbvia. Mas isso foi celebrado lá atrás. Infelizmente, parece-me – não quero ser leviano aqui, Presidente – que o Governo atual recepcionou tal situação. E por que eu digo isso? Porque em diversas oportunidades estive em órgãos do governo.

Primeiro, foi uma dificuldade maior do mundo para conseguir falar com alguém responsável pela área, porque ninguém sabia. É igual aquela história: você sabe que existe, mas ninguém localiza. E aí ninguém achava nunca esses processos. Quando se localiza, se descobre que o Governo atual vem dando segmento.

Deputada Telma Rufino, só para ter uma ideia, olha o absurdo do acordo que foi celebrado: emprestou-se a legitimidade de representação para essa empresa, o UPSA. Essa empresa fica com a obrigação de fazer alguns investimentos de infraestrutura, mas ela só está obrigada a isso após cinco anos de carência e após ter vendido mais de 50% dos lotes.

Quer dizer, até a preocupação de criar o gatilho da chantagem com os moradores eles tiveram e colocaram no contrato. Como é que você coloca no contrato que você vai fazer determinadas obras de infraestrutura, desde que você consiga vender 51% dos lotes que estão lá? É uma coisa que, de tão absurda, não cabe nem adjetivar.

Por que nós estamos trazendo esse assunto para este Plenário? Porque na semana passada, com o beneplácito de cada um dos senhores que estão aqui, Sras. e Srs. Deputados, nós apresentamos um projeto que vai no sentido contrário. No sentido de que qualquer processo de regularização só poderá acontecer se tiver a oitiva exaustiva dos principais interessados, que são os moradores.

Esse projeto foi apresentado – eu agradeço, novamente –, com a assinatura do nosso Presidente, Deputado Joe Valle, da Deputada Telma Rufino, que, inclusive, é coautora do projeto, com a assinatura e o apoio da Deputada Celina Leão, com apoio dos Deputados Wasny de Roure, Ricardo Vale, Chico Vigilante e mais outros Deputados.

É importante, Presidente, que ao trazer esse assunto para este Plenário, o governo possa, no primeiro momento, até mesmo – pelo menos, em preliminar – suspender os efeitos do decreto que autoriza que a representação seja feita por essa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

empresa. Acho que esse é o primeiro passo, é o passo que a gente chama de “o freio de arrumação”.

Feito isso, pode-se discutir. Não há problema nenhum. Agora, não se pode discutir com o processo em andamento, com o decreto em vigor e com os moradores se sentido pressionados.

Deputado Ricardo Vale, para V.Exa. ter uma ideia, tem morador que não aceitou comprar dessa UPSA. V.Exa. sabe qual foi a pena imposta a esse morador? Tem uma placa enorme – Deputada Celina Leão esteve ontem lá –, na porta da casa desse morador, que o criminaliza, Deputado Joe Valle. Quer dizer: isso está acontecendo não é em Piracuruca, minha cidade, não – lá no interior do Piauí –, isso está acontecendo na capital do nosso País. Uma empresa fazer um negócio desse!

Então, a nossa sugestão inicial é que o governo, de imediato, suspenda esse decreto. De toda sorte, se não se sentir confortável para suspender, nosso gabinete, com a Deputada Celina Leão e, parece-me, com apoio do Deputado Agaciel Maia, e certamente de todos que estarão aqui, vai apresentar um PDL para que a gente possa sustar os efeitos desse decreto. Porque o que está acontecendo, mais do que uma violência, mais do que uma arbitrariedade, é um possível crime. Se o governo não tomar providência, Presidente, Deputado Joe Valle, o governo passa da condição de conivente para a de coautor.

Independentemente da nossa posição política, Oposição ou Situação, não é isso que queremos. Queremos que o governo, mesmo não sendo nosso, proteja o cidadão, proteja as pessoas que são moradoras de condomínios, que já vão enfrentar dificuldades e que tiveram que sozinhas criar as condições de habitabilidade nos condomínios. Com o beneplácito omissivo do Estado, ter que suportar essas humilhações? Isso, no mínimo, caracteriza assédio moral.

Então, a nossa intervenção é nesse sentido. Espero que o governo tenha o bom senso de adotar essa sugestão. Eu já tive notícia, Deputada Celina Leão, de que o Governador Rodrigo Rollemberg esteve lá, tomou conhecimento e pediu até urgência. Mas isso não basta porque nada mais são do que palavras. O que basta é ele chamar o seu secretário e dizer: “traga o documento que susta os efeitos desse decreto até que se esclareça a situação.” Feito isso, todos estão dispostos a sentar, em igualdade de condições, para poder esclarecer e, a partir daí, encontrar a melhor solução. Tenho conhecimento dessa causa porque, além de tudo, moro no local, Presidente, Deputado Joe Valle. A Deputada Celina Leão, que esteve lá ontem e honrou nosso bairro com a sua presença, também tem conhecimento e certamente vai se manifestar sobre o tema.

Agradeço se excedi os cinco minutos regulamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raimundo Ribeiro, é muito difícil falar depois de V.Exa., que é um tribuno eloquente e que trouxe aqui um grande esclarecimento jurídico sobre o tema.

Eu queria colocar o meu sentimento ontem, Deputado Joe Valle. Pedimos o apoio de todos os Parlamentares. Temos um Deputado que mora lá e que encampou essa luta, que é o Deputado Raimundo Ribeiro. Mas o que está acontecendo naquela região, com os 52 condomínios que ali estão estabelecidos, é algo gravíssimo, como o Deputado Raimundo Ribeiro colocou. Essas áreas foram vendidas, Deputado Cláudio Abrantes, pelos herdeiros. É uma área privada que foi vendida pelos herdeiros para aquela população que hoje está lá estabelecida. Os mesmos herdeiros que venderam para a população venderam para uma urbanizadora que se chama Paranoazinho, e essas pessoas têm a posse lá mansa e pacífica. O Deputado Raimundo Ribeiro sabe disso porque é morador de um condomínio também há mais de trinta anos.

Então, não estamos falando de grileiros, estamos falando de pessoas que se estabeleceram no Distrito Federal, juizes, promotores, procuradores, deputados, como o Deputado Raimundo Ribeiro. O irmão do governador também mora lá. O coordenador da campanha do Governador Rollemberg em Sobradinho estava na nossa reunião ontem, Deputado Rafael Prudente, e simplesmente, desde 2013, se estabeleceu que quem vai falar por todos os moradores é a Urbanizadora Paranoazinho dentro da Sedhab — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Isso foi um decreto.

Eu estou muito feliz, Deputado Raimundo Ribeiro, por V.Exa. ter proposto a suspensão desse decreto. Tenho certeza de que o Deputado Ricardo Vale, que também é da região, vai votar conosco. O Deputado Raimundo Ribeiro colocou aqui.

Ontem, nessa reunião, Deputado Joe Valle, eu fui praticamente para representar também o Deputado Raimundo Ribeiro. Ficou estabelecido que os síndicos virão aqui na segunda-feira para verem o dia que esta Casa terá a possibilidade de votar esse projeto de decreto legislativo.

Quero parabenizar o Deputado Raimundo Ribeiro pela iniciativa de um projeto de lei que vai tentar ajustar essa situação. O que estamos vivendo é realmente uma coação dos moradores com o apoio do Estado, porque, muitas vezes, quando o Estado apoia, é quando ele é omissivo. Quando o Estado é omissivo, ele deixa que isso aconteça da forma como está acontecendo nessa região.

Alguns condomínios, de tanto pavor e pânico, aderiram, compraram novamente, Deputado Ricardo Vale. Comprou-se uma coisa duas vezes.

Algo também muito grave é que essa área, na regularização, não consta na LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo. Foi feita audiência pública da Luos, ela não consta na Luos para regularização.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Outro questionamento: a Urbanizadora fala dentro da CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – que quer tirar todas as cercas dos condomínios. Mas essa não é a vontade dos condôminos. Só de segurança pública o que eles pagam hoje, que o Estado deveria pagar de segurança pública... Eles fazem a segurança dentro dos seus condomínios. Fazem a limpeza urbana. E a Urbanizadora diz que quer tirar as cercas.

E por que é que ela quer tirar as cercas? Sabe por que, Deputado Ricardo Vale? Porque ela quer falar que aquelas são áreas que ela está cedendo para o Estado, áreas que são públicas; porque ela tem outras áreas para serem vendidas para a população do Distrito Federal. Então, é interesse financeiro, não é nem interesse socioeconômico. Essa empresa não pode falar pelos moradores. Ela não pode ser quem vai dar a voz final pelos moradores.

O que está acontecendo lá dentro... Ontem, nós ouvimos depoimento, Deputado Rafael Prudente, de uma mulher que não tem dormido, porque ela recebe mensagem toda hora: "Você tem que fechar o contrato! Você tem que fechar o contrato! Você tem que fechar o contrato!" Isso é assédio! É assédio!

Essa empresa, no mínimo, teria que respeitar, porque vários desses síndicos entraram com usucapião, que realmente têm da área – usucapião até de uma área que foi comprada por eles, é até engraçado isso.

Então, Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. conte comigo nessa luta. Eu tenho certeza de que vários Deputados vão nos apoiar para sustar esse decreto para que a possamos discutir. E quem são os legítimos representantes dessa situação são vocês que moram lá, não é a Urbanizadora Paranoazinho.

Deputado Cláudio Abrantes, um dos membros dessa Urbanizadora parece que tem até mandato de prisão, para V.Exa. ter noção. É algo assim muito pesado.

Eu quero pedir também o apoio da Deputada Telma Rufino, que é a Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e que, tenho certeza, tem toda a sensibilidade para isso, ainda mais numa região que é a do Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu acredito que nós vamos, que esta Casa vai conseguir dar uma resposta à altura da expectativa dos moradores de lá. São 52 condomínios. A população lá se estima em quantos, Deputado Raimundo Ribeiro?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Cento e poucos mil? Mais de cem mil pessoas estão nessa situação e não têm nem previsão de regularização porque a Urbanizadora primeiro quer vender. E o mais engraçado de tudo isso: ela já está cobrando, quem pagou à vista pagou e não tem escritura até hoje, Deputado Joe Valle! Muitas pessoas pagaram, estão pagando e não têm escritura.

Será que o Governo do Distrito Federal está apoiando esse tipo de situação? Porque, se vendeu duas, três vezes, ela não poderia representar aquela população

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30	08	2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				23	

dentro da SEDHAB – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação –, dentro da Codhab, em lugar nenhum.

Então, Deputado Raimundo Ribeiro, parabéns pela iniciativa, conte comigo!

Muito obrigada, Deputada Telma Rufino e Presidente, Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para me ombrear com o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Celina Leão. Já estou adiantando aqui o meu posicionamento a favor do projeto de decreto legislativo de V.Exa.

Eu também fui procurado por síndicos dessa região e fui informado de que eles vão passar em todos os gabinetes reconhecendo o trabalho do Deputado Raimundo Ribeiro e da Deputada Celina Leão à frente deste projeto.

O que está acontecendo lá realmente é algo muito grave, beira caso de polícia, se já não for. Então, são coisas absurdas que foram muito bem colocadas pelo Deputado Raimundo Ribeiro e às quais a Casa tem que estar atenta.

Eu sugiro, inclusive – não sou membro da Comissão de Assuntos Fundiários, mas a Deputada Telma Rufino, como competente Presidente daquela comissão, que eu tive a honra de presidir também –, que a comissão – sei que V.Exa. vai fazer isso também – também tome conhecimento de tudo o que está acontecendo nessa região. É algo grave, como bem colocou o Deputado Raimundo Ribeiro, e eu quero parabenizá-lo, dizer que estou ombreado com S.Exa. E já adianto o meu posicionamento, pode mandar a minuta do projeto de decreto legislativo que a gente vai assinar, sim, nesse sentido.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar aqui tanto o Deputado Raimundo Ribeiro quanto a Deputada Celina Leão por trazer esse problema que realmente acontece ali naquela região de Sobradinho, principalmente no Grande Colorado e em outros condomínios, até porque alguns moradores acabam realmente não sabendo como é que vai ficar o futuro das suas residências, enfim, como vai ficar a regularização.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

Eu me lembro de que, no segundo ano após chegar à Câmara, eu procurei o administrador de lá, o Estevão, querendo, Deputado Raimundo Ribeiro, botar emenda ali para recapear aquela Avenida São Francisco, e ele me disse: "Não adianta, porque aqui quem autoriza fazer alguma ação é essa Urbanizadora Paranoazinho. Então, o Estado não pode nem entrar." Aí eu falei: "Mas tem que pedir autorização para essa Paranoazinho aí?" "Sim. Tem que ser com eles." Eu não sabia quem era, eu não sabia onde era, então acabou que não botei emenda e não fiz nada. Está lá a estrada. Quem passa lá, igual ao Deputado Raimundo Ribeiro, são alguns irmãos meus que moram por ali.

Precisamos ver o que é isso. Realmente precisamos ver o que é isso. É um negócio esquisito. O que acontece ali não acontece no DF inteiro. No DF inteiro nós tivemos problemas parecidos com aquilo ali – várias áreas irregulares, várias ocupações irregulares, vários condomínios foram crescendo, áreas públicas, áreas privadas –, mas lá, parece-me, ficou uma situação... Não sei se isso foi judicializado, não sei se esse decreto do... Acho que a gente tem que... Eu vou procurar me informar. Mas, de antemão, a gente precisa resolver isso mesmo. O Estado acaba não podendo colocar equipamento nenhum ali porque tem que pedir autorização para essa Urbanizadora.

Então, parabéns. Estamos juntos. Já conversei inclusive aqui com os técnicos da Liderança do PT para também verificarmos o que foi isso, como está sendo isso, para juntos tentarmos resolver isso e ajudar aquela comunidade de Sobradinho.

Parabéns e conte comigo!

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Também quero cumprimentar V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, pelo pronunciamento. De maneira técnica expôs bem aquele problema daquela região do Grande Colorado.

Eu recebi uma comissão no meu gabinete na semana passada. O problema fundiário é o maior problema, porque o espólio da família do Paranoazinho requereu as terras. Isso começou em 1950. Foi já o neto. Em 1980, eles ingressaram nessa ação. Então, é um imbróglio grande que há ali. Mas não é só isso. Há a questão do lixo também. O SLU, parece-me, não tem feito a coleta da maneira como tinha que ser feita. Além de eles pagarem para fazer o recolhimento dentro dos condomínios, pagam a taxa de limpeza urbana, mas os caminhões não adentram os condomínios. Eles têm que levar o lixo lá fora. E agora, além disso, parece-me que querem exigir que levem da porta do condomínio para uma estação de tratamento próxima àquele local. É outro problema também.

Mas o que eu quero deixar registrado aqui é que eu me somo ao pronunciamento de V.Exa. e também me coloco à disposição para mediar qualquer

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30   08   2017	15h	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

conflito que exista na esfera política. O caso já está judicializado, sabemos disso, mas no que pudermos, na esfera política, fazer pela interlocução com o Governo do Distrito Federal, conversando com o Governador e com os técnicos, nós estamos à disposição para ajudar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Eu gostaria de informar a V.Exas. que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.828, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, 31/08/2017, será transformada em comissão geral para debater sobre a falta de creches públicas no Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Telma Rufino.

Eu quero lembrar a todos os Deputados que nós temos projetos importantes na Casa, e que é importante o debatermos cada vez mais, cada Deputado, cada gabinete, para que possamos, caso haja votação, votar com bastante consciência o projeto relacionado à previdência dos servidores do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a debater e não havendo *quorum* para continuar, esta Presidência vai encerrar a presente sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão as 17h.)